

Editorial

Este número da revista *Cidades* abre-se para um leque de problemas e de temas, da ordem do social e do territorial, diversificando, assim, contributos distintos genericamente conotados com os objectivos editoriais da revista. Tal diversidade resulta, igualmente, da própria origem dos autores aqui publicados, sendo alguns deles estrangeiros (mas que, em dois dos casos, são já colaboradores efectivos do Centro de Estudos Territoriais), outros são mesmo investigadores desse centro de estudos e os restantes constituem novos colaboradores da revista. Estamos, pois, perante uma multiplicidade significativa de abordagens problemáticas e temáticas, em que o fio condutor é, ainda, necessariamente, aquela dupla condição social e territorial. Mas diversidade, também, nos modos e nas perspectivas de reflexão, em que retomando áreas de análise já abordadas em anteriores números publicados, se posicionam, igualmente, face a novos temas globalmente inovadores em relação ao próprio património editorial da revista.

Desde logo, o texto de abertura, de Oriol Nel.lo – *Repensar la Urbanización del Litoral. El Plan Director Urbanístico del Sistema Costero de Cataluña*, apresenta uma perspectiva inovadora na revista, discutindo especificamente o planeamento territorial da zona de costa da Catalunha. Essa inovação é particularmente evidente quando o autor parte da constatação que a urbanização de áreas costeiras gera, na generalidade, custos ambientais, urbanísticos e económicos que exigem a adopção de novos instrumentos de planeamento e de gestão urbanística. Na presente abordagem está em discussão a análise crítica de um determinado plano director para o território em causa, discutida fundamentalmente em quatro momentos: o processo de urbanização do litoral catalão; a necessidade de instrumentos de planeamento supramunicipal; síntese dos objectivos e métodos adoptados; finalmente, avaliação dos resultados de execução daquele plano, em vigor desde 2005. Esta avaliação é realizada tendo em conta, sobretudo, o debate disciplinar e cidadão dos respectivos instrumentos de planeamento e, mais concretamente, sobre a eficácia desses instrumentos no ordenamento do processo de urbanização dos espaços litorais. Certamente que esta reflexão, ainda que reportada ao

caso concreto da Catalunha, poderá permitir alargar o debate, inclusive sobre a extensa e desordenada costa portuguesa.

O artigo que se segue, de Vítor Matias Ferreira, Joana Chorincas, Aida Valadas de Lima, Eduardo Limbert e Edgar Rocha – *Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade Turística no Sudoeste do Continente Português*, introduz, efectivamente, uma temática nova em relação aos anteriores conteúdos editoriais da revista. Apoiado numa investigação empírica sobre a problemática do turismo naquele específico território nacional, os autores confrontaram-se com um contexto económico e político de crescente procura turística, mas sobretudo de um aumento muito significativo de oferta, em grande medida decorrente de inúmeros projectos turísticos promovidos, nomeadamente, por grandes grupos económicos. Como se verá, o texto (que sintetiza uma obra mais vasta que se prevê venha a ser publicada) não se limita a dar conta daquele processo contraditório de interesses económicos e de opções políticas, uma vez que se procura discutir, sobretudo, a eventual (in)sustentabilidade turística daquelas mesmas condições de forte impacto social, patrimonial e ambiental no território em causa. Realmente, no quadro daquela costa sudoeste, como um todo, a figura de um instrumento de planeamento supramunicipal, naquelas múltiplas valências (tal como é discutida no artigo anterior, de Oriol Nel.lo), pode vir a ser uma necessidade estratégica e não só em relação à temática do turismo.

O texto seguinte, de Roselyne de Villanova – *Subalternidade/Competências de Minorias e Políticas de Integração. Imigrantes de África Subsariana em França*, reconduz o leitor para temas recorrentes em números anteriores desta revista, inclusive oriundos da própria autora. Neste caso, está em discussão uma controvérsia sempre permanente daquele quadro temático, concretamente sobre as políticas de integração de imigrantes, particularmente africanos, em França. Esse debate é introduzido através da análise de políticas de acção social e de habitação, temas particularmente emblemáticos para aferir modalidades e contradições naqueles supostos processos de integração social. Ao fim e ao cabo, tal como a autora destaca, aquele debate põe em confronto uma manifesta existência

de diversificadas formas de interculturalidade e uma, nem sempre subtil, condição de dependência dos imigrantes, neste caso africanos.

Seguidamente, aparece o artigo de Tomaso Vitale – *Sociologia dos Conflitos Locais contra os Rom e os Sinti em Itália. Pluralidade de Contextos e Variedade de Instrumentos Políticos*. Tratando-se de um novo colaborador da revista, o texto aborda, contudo, uma temática que tem sido desenvolvida nos últimos números publicados. Com efeito, em situações bastante generalizadas, a presença dos grupos ciganos abre conflitos e polarizações nos territórios onde estes se encontram. O interesse do artigo reside no facto de se ilustrarem formas de superação destes conflitos em vários municípios italianos, onde os factores que marcam a diferença em determinados contextos assume, assim, uma entre outras vias para a promoção da qualidade de vida da população cigana. Exemplos destes factores: o processo de construção de um problema público; modalidades com que se mobilizam e interagem entre si os actores interessados em dar crédito ao problema; forma de legitimar o problema no plano técnico-científico; estilo de comunicação adoptado; formas de mediar os conflitos; financiamento para a intervenção. A pluralidade de casos analisados, particularmente em Itália, não deixará de permitir algumas extrapolações metodológicas e políticas para outros países europeus, nomeadamente para a situação portuguesa.

O artigo seguinte, de Teresa Costa Pinto – *Do Território aos Sujeitos. A Construção da Noção de Qualidade de Vida*, é simultaneamente o regresso à publicação na revista desta investigadora do Centro de Estudos Territoriais e também a retoma do debate sobre a qualidade de vida (que, de resto, constituiu o tema central de dissertação de doutoramento da autora). Como se sabe, a temática da qualidade de vida é particularmente complexa, sobretudo pela sua evidência subjectiva. E é essa mesma subjectividade que é afrontada neste texto, discutida no quadro de uma investigação empírica mais ampla no contexto metropolitano de Lisboa. Basicamente, e tal como é explicitado, a qualidade de vida refere-se a uma multiplicidade de aspectos relacionais entre os indivíduos, com as suas características pessoais e sociais, e o meio envolvente. Tendo como base a construção de vários perfis de qualidade de vida, são discutidos distintos processos de representação desse conceito em diversas dimensões analíticas,

permitindo um aprofundamento caracterizador de cada um daqueles perfis. A partir daí, foi possível concluir que indivíduos com diferentes recursos enfatizam e perseguem diferentes objectivos de vida, atribuindo uma hierarquia de valores aos vários domínios da vida, reveladores, sem dúvida, de distintas necessidades e exigências de qualidade de vida.

O texto que se segue, de Marta Ferreira Martins – *Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida. Uma Discussão (também) sobre a Cidade*, introduz uma problemática nova no património editorial da revista, ao mesmo tempo que se pode articular directamente com a discussão sobre a qualidade de vida urbana, apresentada no artigo anterior. É certo que a literatura em geral sobre os condomínios fechados é já relativamente abundante, o que não é o caso, propriamente, em relação à situação portuguesa. Por alguma razão a autora destaca a ausência, entre nós, de um enquadramento legal preciso. Isso leva-a, portanto, a uma sistematização teórica e empírica (a partir do trabalho de campo em curso como vista à sua dissertação de doutoramento) dos factores que poderão caracterizar os condomínios fechados na sua evidente contraditoriedade social e urbana. Significativo é também o seu posicionamento, questionando esta problemática no debate sobre o espaço, a cidade e a democracia. Perante avaliações opostas (positivas e negativas) em relação aos condomínios fechados, a autora conclui que estes são objectos que aclaram, de forma particularmente paradigmática, o desafio da conjugação entre público, privado e continuidade urbana.

O último artigo, de Mário G. Gomez Olivares, Cezar A. Miranda Guedes e Luiz A. Casimiro Santos – *Os Novos Espaços do Investimento Português*, apresenta uma perspectiva analítica inédita, no cômputo geral dos conteúdos editoriais da revista. Sendo esse enfoque predominantemente económico, digamos que a sua projecção territorial é de carácter genérico, reportado, em grande medida, aos investimentos portugueses no Brasil, os quais tiveram uma natureza característica da época da globalização, ainda que distinta consoante as fases de incremento e de transformação desse mesmo processo. Constata-se, assim, que aquela internacionalização se insere num contexto com uma lógica ibérica, ocupando um espaço caracterizado pelas afinidades linguísticas, culturais e afectivas, o que permite um diálogo

fluido, incluindo no plano político. Deste modo, a expansão do investimento estrangeiro ibérico na América Latina reedita o processo de integração em curso entre as duas economias desde o ingresso de Portugal e Espanha na UE em 1986. Além dos aspectos mais propriamente quantitativos, a conclusão dos autores vai no sentido de afirmarem que o Cone Sul é uma realidade mais ibérica do que europeia.

Terminada a secção de Artigos, segue-se o Ensaio de Maria do Amparo Aguiar – *O Público e o Privado. Políticas Públicas Urbanas*. Julga-se pertinente uma tal inserção ensaística, não só porque o texto em causa não se fundamenta, necessariamente, em bases empíricas, mas sobretudo pelo seu carácter reflexivo em torno daquela dupla condição territorial e política, do público e do privado, ainda que direccionado mais especificamente para as políticas públicas urbanas. Trata-se, realmente, de

uma dupla condição, contraditória e de permanente conflitualidade, cuja materialização urbana tem tendido, sobretudo, para uma progressiva privatização do espaço público. Partindo de uma breve reflexão filosófica e política sobre aquela dualidade e reportando-se, sobretudo, ao caso brasileiro, a autora conclui que à medida em que se distanciam os ganhos do empreendimento imobiliário face aos recursos que o poder público dispõe, as políticas públicas urbanas têm-se tornado, fundamentalmente, num dos importantes pontos de acumulação privada.

No final da revista, entre outras notícias, surgem algumas informações bibliográficas, com o destaque para uma recensão crítica.

Vítor Matias Ferreira
Alexandra Castro